

**Comitê Técnico Permanente de Acompanhamento do Plano Diretor -
CTPD**

Ata da 22ª Reunião Ordinária de

Data: 11/06/2014

Local: SR 2- CASS

Membros Titulares e Suplentes presentes: Wanderson Barreto Corrêa (SMU/CGPU/CMP); Claudia Muricy (SMU/CGPU/CMP); Mônica Bahia (SMU/CGPU/CMP); Eduardo Andrade (SMU/CGPU/CMP); Samir Costa (SMU/CGPU/CMP); Paulo Vianna (SMU/CGPU/CMP); Marcelo Fonseca (SMU/CPIS); Maria do Carmo Camocardi (SMU/CGPE); Marcos Borges Pereira (SMAC); Ricardo Neiva (GEO-RIO); Paulo Jardim (COMLURB); Paula Merlino (IRPH); Henrique Mendes (CET-RIO); Arnaldo Filho (CET-RIO); Elke Schulze (SEOP); Valeria Barbosa (SMO); Alix Silva (CDURP); Adriano Alem (IPP); Leonardo Paiva (RIOURBE); Davi Becker (Defesa Civil); Claudia Alves (PGM); Ana Luíza Almeida (CVL) e Ramon Arigoni (CVL).

A reunião foi iniciada às 10 horas e 25 minutos.

Assuntos tratados:

Wanderson (CMP) inicia a reunião com a leitura da ata da 21ª reunião ordinária do Comitê Técnico de Acompanhamento do Plano Diretor. Não havendo observações, a ata foi aprovada.

Wanderson (CMP) informa sobre a reunião que houve com a presença da SMAC e da SMU/CGPU/Coordenadoria de Macroplanejamento sobre o Sistema de Planejamento e Gestão Ambiental.

Wanderson (CMP) informa também sobre o andamento do Sistema de Informações Urbanas, afirmando que o processo com a minuta de regulamentação foi encaminhado ao Prefeito pelo Instituto Pereira Passos.

Wanderson (CMP) apresenta Paulo Vianna (CMP) que inicia a apresentação sobre o Macrodiagnóstico das Centralidades, elaborado pela CMP/CGPU/SMU para subsidiar a Lei de

Uso e Ocupação do Solo (LUOS) no texto referente à Hierarquização de Centros e Subcentros.

Paulo (CMP) informa sobre a disponibilidade restrita de dados, tanto temporal quanto espacial, destacando a existência de dados econômicos somente para a cidade formal.

Paulo Jardim (COMLURB) pergunta se foram levados em consideração dados relacionados à educação e saúde, com base no IDH. Paulo Jardim (COMLURB) destaca a configuração extremamente desigual com fortíssima concentração de atratividade no Centro e de algumas outras localidades. Pergunta se há trabalho semelhante para outras cidades brasileiras.

Henrique Mendes (CET-Rio) pergunta se foram analisadas as viagens intra-zonas de tráfego ou apenas as viagens entre zonas de tráfego.

Paulo (CMP) informa que a diversidade de atividades econômicas (indústrias, serviços, comércio, sedes de empresas, etc.) não pode ser contemplada. Para este diagnóstico inicial foi levada em consideração apenas a arrecadação geral, sem distinção de ramos de atividades econômicas.

Adriano (IPP) sugere buscar dados para esclarecer onde se localizam as sedes e as filiais de empresas na SMF.

Paulo Jardim (COMLURB) sugere considerar também o consumo de energia, água e ligações telefônicas como indicadores de centralidades. Sugere ainda acrescentar à análise os grandes núcleos educacionais, como escolas e universidades.

Arnaldo (CET-RIO) sugere contactar o grupo Pensa Rio/BigData, grupo responsável pelo desenvolvimento de soluções para questões gerais sobre a cidade.

Adriano (IPP) informa que o IBGE finalmente aceitou utilizar o código de logradouros da PCRJ em sua base de dados, o que facilitará as análises populacionais com dados do censo populacional. Adriano solicita a disponibilização das apresentações dos macrodiagnósticos realizadas no âmbito do Comitê Técnico.

Davi Becker (Defesa Civil) elogia a simplicidade e a objetividade da metodologia e destaca a possibilidade de, a partir deste trabalho, haver um monitoramento dinâmico das centralidades ao longo do tempo.

Paulo (CMP) ressalta que o objetivo de um monitoramento das tendências de hierarquia entre as centralidades é tentar diminuir a desigualdade e a geração de deslocamentos desnecessários, além de reduzir o tamanho das viagens. Além disso, trata-se de buscar gerar unidades territoriais mais autônomas para análise da mobilidade urbana.

Marcelo (CGPIS) argumenta que a partir deste trabalho é possível discernir o que foi propositalmente direcionado pela legislação, em termos de centralidades, e o que foi tendência natural da Cidade.

Mônica (CMP) fala da oportunidade de usar essa metodologia para identificar a necessidade de novos vetores de transporte, dando exemplo de Curicica e Jacarepaguá – áreas que experimentam um boom imobiliário na periferia da Barra e que não contam com infraestrutura suficiente.

Claudia (PGM) elogia os avanços do CTPD e reforça a necessidade cada vez mais premente de diagnósticos precisos que venham a embasar o planejamento, observando que cada vez mais é necessário ter ferramentas para elaborar um planejamento a curto prazo. Sugere levar em consideração o valor da terra no macrodiagnóstico de mobilidade.

Samir (CMP) observa que o diagnóstico sobre centralidades é um passo inicial, um ponto de partida, para que sejam estudados os instrumentos para arrecadação e provisão de melhorias urbanas.

Claudia (CMP) ressalta que esse trabalho foi um primeiro passo depois de longo tempo sem planejamento nem diagnósticos consistentes. O Plano Diretor de 2011 foi um avanço em termos conceituais. Porém, em relação às Macrozonas, por exemplo, não houve como elaborar diagnósticos precisos e consistentes à época, que subsidiassem o detalhamento das características de cada uma delas. O desenvolvimento das tecnologias permite aprimorar o reconhecimento das necessidades de infra-estrutura da Cidade.

Mônica (CMP) argumenta sobre a necessidade de dar continuidade a este trabalho realizando monitoramento periódico. Observa que este trabalho mostra uma dinâmica da cidade “quase” real, pois não puderam ser levantados os dados sobre a informalidade. Argumenta sobre a importância dos membros do Comitê disponibilizarem dados atualizados para que novas análises sejam elaboradas.

Claudia (CMP) observa que falta desenvolver a espacialização das políticas, para planejar a rede de infra-estrutura, subsidiar a elaboração de instrumentos, etc.

Wanderson (CMP) observa que as muitas análises e diagnósticos produzidos pela CMP estão sendo incorporados nas novas legislações locais, subsidiando avanços significativos no planejamento da cidade.

Samir (CMP) observa que os macrodiagnósticos que estão sendo realizados pela CMP este ano poderão servir para quantificar o valor da terra e para indicar áreas para provisão de habitação de interesse social.

Marcelo (CGPIS) observa que o instrumento IPTU progressivo não é suficiente para garantir melhorias habitacionais, sendo necessário criar outros instrumentos para fomentar provisão de habitação de interesse social. Observa que as AEIS são instrumentos temporários.

Claudia (PGM) considera que o Programa Minha Casa Minha Vida é um importante instrumento de produção de habitação, mas pondera que a ausência de planejamento da implantação destes empreendimentos pode ocasionar a criação de núcleos habitacionais densos em áreas não dotadas de infraestrutura.

Marcelo (CGPIS) afirma que mesmo nas áreas de maior renda, o Rio de Janeiro apresenta-se como uma cidade democrática onde os pobres e os ricos coexistem espacialmente, embora esta coexistência e proximidade conviva com a segregação e a estigmatização dos pobres.

Cláudia (CMP) afirma que é a favor da existência de um zoneamento urbano inclusivo, no qual prevaleça o uso misto, com empreendimentos voltados para populações de diversas faixas de renda.

Wanderson (CMP) encerra a reunião as 12:20 hs.

ENCAMINHAMENTOS:

Não há encaminhamentos.